

PARECER

Projeto de Lei nº 032/2020

“Súmula: Estabelece disposições acerca da composição, estrutura, competência e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher- CMDM, e dá outras providências.”

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº Lei nº 032/2020 de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objetivo revogar a lei nº 1852/2005 e aprovar o novo texto referente ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

A justificativa do Executivo é no sentido de modernizar o atual Conselho, desde a sua nomenclatura como também sua natureza, finalidade, competência, composição, funcionamento e atribuições, cujo objetivo final é para garantir a participação da mulher na elaboração de políticas públicas voltadas para os direitos femininos.

Nos termos da justificativa apresentada, o Poder Executivo demonstra que “as alterações se fazem necessárias uma vez que a Lei em vigor, datada de dezesseis de maio de dois mil e cinco, encontra-se obsoleta, desde a denominação, “Conselho Municipal da Mulher da Lapa”, o que merece ser alterado para “Conselho Municipal dos Direitos da Mulher- CMDM”, nomenclatura atualizada e de acordo com as normativas modernas. Com relação a natureza e finalidade, entendemos estar versada na Lei em vigor, de maneira simplista, onde se propõem alteração a fim de se consolidar como um órgão de caráter permanente, de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora da política de defesa dos direitos da mulher, a fim de cumprir com

COMISSÃO DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

a função dentro do modelo democrático de participação popular e controle social.

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em junho de 1993 em Viena, reconheceu no artigo 18 de sua Declaração que:

“os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. A violência de gênero e todas as formas de assédio e exploração sexual são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas, que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher”.

Por analogia aplicada ao tema, temos que nossa Lei Orgânica diz que;

Art. 21 – Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

[...]

p) às políticas públicas do Município;

(...)


136 - O Município, em ação integrada e conjunta com a União, o Estado e a **sociedade** tem o dever de assegurar à todos os **direitos** relativos à saúde, alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura, de cuidar da proteção especial da família, **da mulher**, da criança, do adolescente, do idoso, bem como da conservação do meio ambiente.

COMISSÃO DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL


Desta forma, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas relativas ao bem estar social fortalecendo os direitos das mulheres, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente, razão pela qual esta **COMISSÃO** é favorável ao prosseguimento do mesmo com a deliberação pelo Douto Plenário.

É o parecer,

Lapa, 28 de maio de 2020



Mário Jorge Radilha Santos
Presidente



Dirceu Rodrigues Ferreira
Membro

Samuel Góis da Silva
Relator